



Comissão de Orçamento e Finanças

Parecer

Nos termos e para os efeitos dos n.ºs 2 e 3 do artigo 27.º da Lei n.º 5/98, de 31 de janeiro – Lei Orgânica do Banco de Portugal

Relator: Deputado João
Barbosa de Melo (PSD)

Audição da Dra. Helena Maria de Almeida Martins Adegas, indigitada para o cargo de Administradora do Banco de Portugal



Comissão de Orçamento e Finanças

ÍNDICE

PARTE I – CONSIDERANDOS

PARTE II – METODOLOGIA

PARTE III – AUDIÇÃO

PARTE IV – CONCLUSÕES

PARTE V – ANEXOS

PARTE I – CONSIDERANDOS

De acordo com o estatuído nos n.ºs 2 e 3 do artigo 27.º da Lei Orgânica do Banco de Portugal, aprovada pela Lei n.º 5/98, de 31 de janeiro (na sua redação atual), o Governador e os demais membros do Conselho de Administração são designados por Resolução do Conselho de Ministros, sob proposta do membro do Governo responsável pela área das finanças, após parecer fundamentado da comissão competente da Assembleia da República, sendo este parecer precedido de audição na comissão parlamentar competente, a pedido do Governo.

Em 19 de setembro de 2022, através de ofício dirigido ao Gabinete do Senhor Presidente da Assembleia da República, o Governo solicitou o agendamento da audição da personalidade indigitada para o exercício do cargo de Administradora do Banco de Portugal, Dra. Helena Maria de Almeida Martins Adegas, fazendo acompanhar o ofício da nota biográfica da personalidade.

Nestes termos, no dia 12 de outubro de 2022, pelas 10:45 horas, reuniu a Comissão de Orçamento e Finanças para realizar a audição da Dra. Helena Maria de Almeida Martins Adegas, no âmbito da proposta de designação para o Conselho de Administração do Banco de Portugal.

PARTE II – METODOLOGIA

A audição decorreu em reunião da Comissão de 12 de outubro de 2022, com carácter público e com gravação integral em registo áudio e vídeo.

A grelha de tempos aprovada para a audição foi a seguinte:

- Intervenção inicial até 10 minutos
- 1.ª ronda: por GP/DURP, com resposta conjunta, correspondente ao somatório do tempo das perguntas:
 - 5 minutos por GP
 - 2 minutos por DURP



Comissão de Orçamento e Finanças

- 2.ª ronda (eventual): por Deputado, com resposta conjunta correspondente ao total do tempo das perguntas:
 - 2 minutos por Deputado

PARTE III – AUDIÇÃO

Na audição, a Dra. Helena Maria de Almeida Martins Adegas começou por fazer a sua intervenção inicial, que se transcreve:

“Exmo. Senhor Presidente desta Comissão,

Exmas. Senhoras e Senhores Deputados,

É um gosto, para mim, estar aqui presente nesta audição parlamentar.

Agradeço a oportunidade que me dão, de me apresentar e de dar a conhecer os principais marcos do meu percurso profissional e académico.

Pertenço aos quadros do Banco de Portugal desde 1985, apenas com uma interrupção nos anos 90 para fazer um MBA no INSEAD, em Fontainebleau, França.

A minha formação é em Economia, com crescente especialização em mercados financeiros. Também fui desenvolvendo competências em gestão de pessoas, equipas e instituições.

Ao longo dos últimos 37 anos, atravessei períodos cruciais: a adesão de Portugal à CEE, a entrada do escudo no mecanismo de taxas de câmbio do Sistema Monetário Europeu, sucessivas crises e realinhamentos cambiais, o desmantelamento progressivo dos controlos e limites aos movimentos de capitais, a abertura da economia ao exterior, a convergência que nos permitiu aderir à União Económica e Monetária e à moeda única desde o início, os sucessivos ciclos e crises que aconteceram neste milénio e, mais recentemente, a transformação causada pela pandemia.

No decurso destas últimas décadas, acompanhei diversas áreas de atividade do Banco de Portugal:

- O mercado de câmbios e a política cambial, no tempo do escudo;
- A gestão das reservas em moeda estrangeira e em ouro;



Comissão de Orçamento e Finanças

- A análise financeira e de rentabilidade, a construção de cenários económicos, o desenho de *benchmarks* e de estratégias de investimento;
- O fundo de pensões (fui administradora-delegada da sociedade gestora durante 10 anos);
- A gestão de risco (estive na criação do novo departamento que acompanha os riscos financeiros e operacionais do Banco de Portugal – e fui a diretora nos primeiros 5 anos de vida do novo departamento);
- E, mais recentemente, os mercados – refiro-me ao departamento responsável pela gestão dos ativos financeiros do Banco de Portugal e pela implementação da política monetária (operações de cedência de liquidez e programas de compras de ativos). Fui diretora deste departamento nos últimos 5 anos.

Neste período, assisti a uma mudança radical na forma de trabalhar do Banco de Portugal, com a adesão ao sistema europeu de bancos centrais e ao Eurosistema. Esse processo induziu uma transformação do Banco, uma grande abertura e colaboração com os nossos parceiros.

A inserção neste “network” de bancos centrais facultou a aprendizagem, a troca de ideias e a capacidade de influência das decisões comuns.

A esse respeito, testemunho a grande modernização e rejuvenescimento dos quadros do Banco de Portugal e, em particular, das chefias intermédias, caracterizadas por uma grande diversidade, excelência técnica e dedicação.

Testemunho também uma evolução marcante no sentido de quebrar barreiras e silos que predominavam numa instituição complexa e vasta como o Banco de Portugal. É visível uma mudança de cultura, com o desenvolvimento dum estilo de trabalho mais colaborativo e colegial, que transformou a organização nos últimos anos.

Sendo proveniente do interior da própria instituição, caso venha a ser designada para integrar a equipa do Conselho de Administração do Banco de Portugal, espero contribuir com:

- Um profundo conhecimento de diversas áreas do Banco de Portugal e total empenho em desenvolver o domínio das que não acompanhei diretamente;
- Familiaridade com a organização interna do Banco e com os desafios que enfrenta;
- Experiência de 25 anos na gestão de pessoas e de organizações.



Comissão de Orçamento e Finanças

Considero que os próximos anos serão particularmente desafiantes para o Banco de Portugal. O plano estratégico para 2021-25 define bem esses desafios ao traçar cinco orientações estratégicas:

- Robustez do sistema financeiro;
- Proteção do mercado bancário;
- Recuperação e resiliência da economia;
- Confiança e influência na sociedade; e
- Governação e gestão interna.

O Banco de Portugal deverá continuar a focar-se na proteção do funcionamento do mercado bancário e dos sistemas de pagamentos; e contribuir ativamente para o aprofundamento da União Económica e Monetária e da União Bancária.

A estes desafios soma-se agora uma envolvente macroeconómica e financeira mais desafiante. O Banco de Portugal terá de conduzir o barco da normalização da política monetária em águas mais agitadas, com a confluência dos efeitos da guerra da Ucrânia, a crise energética, o aumento da inflação a nível global e as ameaças para o crescimento económico. As decisões e medidas que venham a ser tomadas e, em particular, as que afetem as taxas de juro e a evolução dos mercados financeiros, irão obrigar a um papel ativo do Banco de Portugal no seio do Eurosistema, para discutir o caminho mais adequado e, posteriormente, na implementação dessas mesmas medidas.

Outro desafio será o alinhamento do Banco de Portugal com as práticas de sustentabilidade e com os objetivos traçados na Lei de Bases do Clima. Os primeiros passos já começaram a ser dados, com a incorporação de princípios de sustentabilidade na gestão dos ativos próprios, sendo esperado já em 2023 que seja feita a divulgação de métricas de sustentabilidade dos nossos investimentos. Estas preocupações são também visíveis na implementação da política monetária, com incorporação de princípios de sustentabilidade nos programas de compra de ativos.

A transformação digital é outro desafio, com impactos internos no funcionamento do próprio Banco, mas sobretudo com um efeito de transformação do sistema financeiro. A este propósito, saliento o projeto do euro digital, que está em curso no Eurosistema e no qual o Banco de Portugal tem tido uma participação muito ativa.

Em tempos desafiantes, reveste-se de grande importância a abertura do Banco de Portugal à sociedade, escutando e comunicando com clareza e transparência as



Comissão de Orçamento e Finanças

decisões que venham a ser tomadas. Um caminho que tem vindo a ser traçado e que pode ser aprofundado.

Deixo para último, pela sua enorme relevância, a referência ao grande desafio para a própria governação interna do Banco de Portugal: tornar o Banco mais eficiente e desenvolver o seu principal capital – a excelência dos seus recursos humanos.

Termino expressando total motivação para contribuir, com os meus melhores esforços, para reforçar a credibilidade, a independência financeira e a eficiência no cumprimento da missão duma instituição com a importância do Banco de Portugal.

Muito obrigada pela vossa atenção.

Estou agora disponível para responder às questões que as Senhoras e os Senhores Deputados me queiram colocar.”

Em sede de primeira ronda de intervenções, usaram da palavra os Deputados Pedro Anastácio, do Grupo Parlamentar do PS, e João Barbosa de Melo, do Grupo Parlamentar do PSD.

O Deputado Pedro Anastácio começou por cumprimentar a Dra. Helena Adegas na qualidade de indigitada para o cargo de Administradora do Banco de Portugal, assinalando que a lei reconhece que o Governador e os demais administradores são escolhidos entre pessoas de reconhecida idoneidade, sentido de interesse público, aptidão, exigência profissional, capacidade de gestão, conhecimento e competência técnica, pelo que o facto de ter sido indigitada implica este reconhecimento pela parte do Governo.

Afirmou que o currículo e a intervenção inicial da Dra. Helena Adegas reforçam a convicção do reconhecido mérito, da idoneidade, da aptidão profissional, o interesse público e as demais características que a lei exige para o desempenho das funções para as quais é proposta.

Considerou a experiência profissional da indigitada muito relevante para o desempenho destas funções, pelo que, no entender do grupo parlamentar do PS, a Dra. Helena Adegas reúne todas as competências que a lei exige para o desempenho das funções para que é proposta.

Solicitou à Dra. Helena Adegas que densificasse os desafios trazidos pelo contexto macroeconómico e os reflexos nas finanças públicas do País, bem como o tipo de resposta a promover para os enfrentar de forma eficaz.



Comissão de Orçamento e Finanças

Referiu também que, partindo deste quadro de incerteza e de enorme complexidade, importaria conhecer a sua visão sobre o papel da supervisão, no plano nacional e europeu, densificando os desafios da supervisão e os planos de atuação que, em seu entender, devem merecer prioridade do Banco de Portugal.

Perguntou também se a Dra. Helena Adegas entende que os mecanismos de reforço do sistema financeiro já adotados serão suficientes para garantir a estabilidade do mesmo.

Sobre os desafios trazidos pelas alterações climáticas, referiu que estas constituem uma importante fonte de risco no balanço das instituições financeiras e que têm implicações macroeconómicas que são relevantes para a condução da política monetária, pelo que importaria conhecer a sua visão sobre esta temática.

Por fim, afirmou que se tem assistido a um aumento generalizado das comissões bancárias, não obstante a intervenção legislativa recente do Parlamento, solicitando à Dra. Helena Adegas que partilhasse a sua visão e os meios que, em seu entender, permitem lidar eficazmente com esta realidade.

De seguida, tomou a palavra o Deputado João Barbosa de Melo, que questionou a Dra. Helena Adegas sobre qual deverá ser o principal objetivo do Banco de Portugal na conjuntura atual, colocando como hipóteses o combate à inflação, a defesa do euro, a proteção do crescimento, a aceleração do investimento e a redução das desigualdades.

No que se refere à inflação, fenómeno que interfere profundamente na distribuição dos rendimentos, questionou a Dra. Helena Adegas sobre qual poderá ser a intervenção do Banco de Portugal para minimizar os seus efeitos.

Destacou as dificuldades que muitas famílias com crédito à habitação poderão enfrentar devido ao aumento das taxas de juro e os eventuais riscos para os balanços e para a situação financeira dos bancos, questionando o que se poderá esperar do regulador para manter a saúde do sistema financeiro.

Perguntou à Dra. Helena Adegas qual seria a sua área preferencial de atuação na Administração do Banco de Portugal, em que áreas se sentiria mais qualificada e, atendendo ao seu conhecimento da instituição, quais as áreas em que o Banco de Portugal apresenta maiores dificuldades atualmente.

Por último, indagou a Dra., Helena Adegas sobre se poderia sentir-se condicionada na sua atuação enquanto administradora do Banco de Portugal em virtude de ser quadro



Comissão de Orçamento e Finanças

há 37 anos da instituição e de que modo poderia potenciar as vantagens de conhecer bem a instituição.

Em resposta ao Deputado Pedro Anastácio sobre os desafios macroeconómicos, a Dra. Helena Adegas mencionou a dificuldade com que os bancos centrais se deparam para combater a inflação sem provocar uma travagem na economia. Referiu que a inflação será mais elevada e menos temporária do que era esperado há uns tempos, mas considera que existem outros aspetos da economia que transmitem alguma tranquilidade, embora a realidade seja dinâmica. Neste domínio, destacou o desempenho do mercado do trabalho, o rendimento disponível das famílias e a robustez e resiliência do sistema bancário, quando comparados com crises anteriores. Destacou, ainda, a redução de provisões e de imparidades, a melhoria da qualidade de balanço e a melhoria da margem financeira.

Afirmou que a economia portuguesa irá necessariamente desacelerar, pois as medidas de política monetária pretendem arrefecer a economia – embora não demasiado – para controlar a inflação. Recordou que a inflação afeta sobretudo as camadas mais vulneráveis, que tendem a consumir a quase totalidade do seu rendimento, pelo que atua como um imposto sobre os mais desfavorecidos.

De acordo com a Dra. Helena Adegas, o Banco de Portugal está a acompanhar com muita atenção o desenrolar dos acontecimentos e está atento aos efeitos que as medidas de normalização de política monetária podem vir a ter. O apoio às famílias não compete ao Banco de Portugal, pois é uma medida que se insere no âmbito da política orçamental, considerando positivo que exista separação entre política monetária e política orçamental. O Banco de Portugal já se pronunciou no último boletim económico, afirmando que as medidas devem ser direcionadas e temporárias. Estamos perante uma situação que é diferente da pandemia, que era temporária; agora estamos perante uma alteração de ciclo que pode ser mais permanente, por exemplo a nível de taxas de juro. Não vamos voltar a ter as taxas de juro negativas que caracterizaram os últimos anos. Assim, as medidas de apoio devem ser orientadas para quem realmente precisa e apenas enquanto for necessário.

Sobre o papel da supervisão e a questão da estabilidade financeira, referiu que não acompanhou de perto as áreas da supervisão, da regulação e da resolução, pelo que as opiniões que expressa são menos fundamentadas. Refere, no entanto, que atualmente existe um enquadramento muito mais robusto em termos de supervisão do

Comissão de Orçamento e Finanças

que aquele que existia há uns anos. Existe um Mecanismo Único de Supervisão e neste momento as instituições mais significativas são supervisionadas a nível europeu e o Banco de Portugal, autonomamente, apenas é responsável pela supervisão das instituições com menor dimensão. Essa supervisão é feita a nível colegial por equipas conjuntas a nível do Sistema Europeu de Bancos Centrais, o que constitui uma garantia adicional, sendo muito importante o contributo do Banco de Portugal nessas equipas. É uma das razões pelas quais é tão importante o Banco de Portugal ter bons recursos humanos, de excelência. Esta questão prende-se com o desafio em termos de qualidade e formação dos recursos humanos do Banco de Portugal na supervisão, que considera muito importante.

Um desafio que se coloca na supervisão é o facto de a União Bancária estar ainda incompleta. Existe um Mecanismo Único de Supervisão, um Mecanismo Único de Resolução, mas não um fundo de garantia de depósitos comum europeu. O Banco de Portugal tem sido um acérrimo defensor de que se complete a União Bancária, nomeadamente com a criação de um fundo de garantia de depósitos europeu.

Sobre as alterações climáticas, questão que considera de grande interesse, referiu que os bancos centrais não são entidades de primeira linha na luta contra as alterações climáticas e de forçar a transição energética, mas devem juntar-se a outras entidades para o esforço coletivo. Nessa medida, os bancos centrais podem dar o exemplo para o sistema financeiro e podem contribuir para o desenvolvimento de um mercado financeiro mais orientado para ativos verdes que contribua para canalizar as poupanças para investimentos em projetos que contribuam para a transição energética e para um planeta mais sustentável. O Banco de Portugal está inserido no *Network for Greening the Financial System*, que junta bancos centrais de praticamente todo o mundo e tem desenvolvido um trabalho muito importante. O Banco de Portugal está ativamente envolvido nesse trabalho, com destaque para três linhas de ação: a transparência no que respeita a dados sobre a pegada carbónica dos bancos centrais, o investimento responsável e sustentável e a descarbonização das operações e do funcionamento dos bancos centrais. Os bancos centrais devem dar o exemplo ao sistema financeiro e criar bons padrões e boas práticas.

Em resposta ao Deputado João Barbosa de Melo, considerou igualmente importantes a estabilidade de preços e a estabilidade financeira, devendo estes trabalhar em conjunto. Em sua opinião, os outros objetivos também são importantes, mas o foco deve ser a inflação.



Comissão de Orçamento e Finanças

Sobre como minimizar os efeitos da subida das taxas de juro sobre os clientes bancários, particulares e empresas que recorrem a crédito, reiterou que o Banco de Portugal está muito atento, mas que presentemente a economia encontra-se mais resiliente que na crise anterior, o que não significa que não haja riscos. Por outro lado, as medidas que venham a ser tomadas têm de ser de política orçamental ou de outra natureza e não de política monetária.

Referiu que, para os bancos, a subida das taxas de juro pode ter efeitos positivos e negativos: por um lado, o aumento da margem financeira e, por outro, o risco de imparidades no crédito ou menos valia nos ativos em balanço.

Por último, considerou que está mais qualificada para as áreas em que trabalhou: política monetária, gestão de ativos, gestão de risco, mercados em geral. As áreas do Banco de Portugal que necessitam de mais “ajuda” são, em sua opinião, as de organização interna e os recursos humanos. No primeiro caso, porque se trata de uma instituição muito vasta, com muito valor humano e com muito conhecimento, podendo haver necessidade de reorganizar algumas funções que podem ser melhor coordenadas. Em termos de organização, há trabalho a fazer, como haveria em qualquer organização daquela dimensão. No que se refere aos recursos humanos, afirmou que são a riqueza maior do Banco de Portugal, entidade que produz conhecimento, sendo por isso necessário dar bastante atenção à sua qualidade e motivação.

Não se tendo registado intervenções adicionais, o Senhor Presidente deu por concluída a audição, agradecendo à Dra. Helena Adegas os esclarecimentos prestados.

A audição integral pode ser consultada na seguinte ligação:
<https://canal.parlamento.pt/?cid=6202&title=audicao-de-helena-martins-adeegas>

PARTE IV – CONCLUSÕES

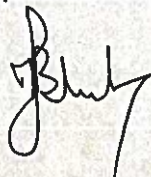
A Assembleia da República, através da Comissão de Orçamento e Finanças, procedeu à audição da Dra. Helena Maria de Almeida Martins Adegas, indigitada para o cargo de Administradora do Banco de Portugal, nos termos e para os efeitos dos n.ºs 2 e 3 do artigo 27.º da Lei n.º 5/98, de 31 de janeiro (na sua redação atual).

Das respostas às questões formuladas e da análise e escrutínio da sua nota curricular, a Comissão de Orçamento e Finanças considera não resultarem obstáculos à indigitação da Dra. Helena Maria de Almeida Martins Adegas para o cargo de Administradora do Banco de Portugal.

Da audição foi produzido o presente parecer, do qual, para os devidos efeitos, será dado conhecimento ao Senhor Presidente da Assembleia da República e ao Governo.

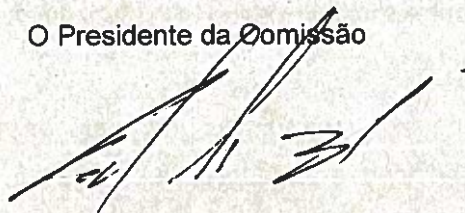
Palácio de S. Bento, 19 de outubro de 2022

O Deputado Relator



(João Barbosa de Melo)

O Presidente da Comissão



(Filipe Neto Brandão)



Comissão de Orçamento e Finanças

PARTE V – ANEXOS

É parte integrante deste parecer a nota biográfica da Dra. Helena Maria de Almeida Martins Adegas.

Nota Biográfica



Helena Adegas é diretora do Departamento de Mercados do Banco de Portugal, desde 2017.

Com uma carreira no banco central desde 1985, desempenhou variadas funções. Foi diretora do recém-criado Departamento de Gestão de Risco (2012-2017), Administradora Delegada da Sociedade Gestora dos Fundos de Pensões do Banco de Portugal e responsável pela Unidade de Apoio ao Fundo de Garantia de Depósitos (2002-2012). Anteriormente coordenara, no Departamento de Estrangeiro, a Área de Gestão de Reservas, o Núcleo de Análise e Previsão e o Núcleo do Mercado de Câmbios.

Nas décadas que antecederam a criação da União Monetária Europeia, acompanhou no Banco de Portugal a adesão de Portugal à CEE, a participação do escudo no mecanismo de taxas de câmbio do SME, o desmantelamento progressivo dos controlos e limites aos movimentos de capitais, a abertura da economia ao exterior e a modernização do sistema financeiro. Em 1990 foi coautora, com Rui Martins dos Santos, do livro "Inovações Financeiras: uma Introdução", editado pelo Banco de Portugal.

No Eurosistema, participa desde 2017 no Comité de Operações de Mercado, foi membro do Comité de Gestão de Risco e do "Working Group on Foreign Reserve Assets". Na fase que antecedeu o euro, participou no Subcomité de Política Cambial, que reunia em Basileia no âmbito do Bank for International Settlements e, mais tarde, do Instituto Monetário Europeu. Entre 2011 e 2014, foi vogal da Direção da Ordem dos Economistas.

Helena Adegas é licenciada em Economia pela Universidade Católica Portuguesa, detém duas pós-graduações pela mesma Universidade, em Estudos Europeus e em Gestão Bancária, e um MBA pelo INSEAD.